

PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO TIETÊ

Tomar água nos dá vida, porém tomar consciência nos dará água!



Apresentação

O presente projeto, financiado pelo FEHIDRO, tem como objetivo a REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BAIXO TIETÊ – CBH-BT – UGRHI-19.

O tomador dos recursos foi a Associação Promissense “OLHO D’ÁGUA” de Proteção Ambiental e a execução dos trabalhos foi coordenada pela empresa Méthodos Consultoria e Projetos Ltda.

A Associação “OLHO D’ÁGUA” de Proteção Ambiental, conhecida como ONG “OLHO D’ÁGUA”, com sede em Promissão, SP, foi formada em 11 de maio 2004 com a finalidade de prestação de serviços educacionais notadamente na área ambiental no município de Promissão e na região.

Em decorrência do desenvolvimento de campanhas de educação hídrica voluntária não formal, foi reconhecida como de Utilidade Pública Municipal pelos relevantes serviços prestados ao município, conforme Lei no 2.651/2004.

Também atua na área de recuperação de nascentes, como a recuperação e manutenção da “Mina do Zequinha” (nascente urbana), criação e manutenção da “Reserva Urbana Olho d’Água”, área com plantio de aproximadamente 400 árvores e a criação e manutenção do Bosque “Eunice Volpi”.

A partir do ano de 2.008 sua atuação adquiriu abrangência regional devido aos trabalhos realizados no município de Promissão.

Introdução

As mudanças socioeconômicas que vêm ocorrendo na região de abrangência do CBH-BT tornaram necessárias a revisão e atualização do Plano de Educação Ambiental, construído em 2003, adaptando-o a realidade atual.

A área geográfica do CBH-BT localiza-se na região noroeste do Estado de São Paulo e é composto por 42 (quarenta e dois) municípios, que somam uma população de aproximadamente 750.000 habitantes. Tem como principal atividade econômica o agronegócio (usina sucroalcooleira, frigorífico), aliado a pequenas e médias indústrias de transformação. Na última década houve nesta região um incremento considerável de instalação da indústria canavieira e ainda a potencialização dos frigoríficos já existentes, trazendo mudanças consideráveis no cenário da região nos aspectos de uso e ocupação do solo e também na esfera social, principalmente em relação aos recursos hídricos fazendo com que as atividades ligadas à conscientização ambiental da população sejam revistas.

No ano de 2003, na cidade de Barbosa, foi realizado seminário com a participação dos principais elementos ligados à educação ambiental na Bacia do Baixo Tietê, com representação da sociedade civil e de órgãos governamentais. O seminário teve como foco o desenvolvimento de atividades de planejamento estratégico, objetivando a construção de diagnóstico situacional e um plano de ações voltadas à educação ambiental.

O resultado do trabalho contemplou uma série de ações, muitas delas não voltadas diretamente à questão educacional, mas sim, para temas mais gerais de meio ambiente, ou especificamente aos recursos hídricos.

Em 2010 o Comitê de Bacias Hidrográficas do Baixo Tietê – CBH-BT, por meio da Câmara Técnica de Turismo e Educação Ambiental (CT-TEA), demonstrou o desejo de retomar o debate em torno da ideia de conceber um Plano de Educação Ambiental para a BH-BT.

O Plano deveria ser concebido como elemento definidor de diretrizes e orientação na elaboração de projetos específicos e pontuais de educação ambiental que serão desenvolvidos na Bacia, com foco na conservação e/ou recuperação dos recursos hídricos, seja por iniciativa do CBH-BT, seja por outras instituições governamentais ou da sociedade civil em função das mudanças socioeconômicas ocorridas na região.

Foi proposto nessa revisão e atualização que a Educação Ambiental torne-se um processo de formação dinâmica, participativa e permanente.

Metodologia aplicada

A revisão e atualização do Plano de Educação Ambiental da Bacia foram construídas por diferentes atores, representantes das instituições de ensino da estrutura do Sistema Estadual de Ensino na figura dos técnicos das Diretorias Regionais de Ensino de Penápolis, Birigui, Araçatuba e Andradina; pelos interlocutores do programa Município Verde/Azul dos 42 municípios integrantes da Bacia e dos representantes das organizações da sociedade civil ligadas ao tema de meio ambiente e de educação ambiental. Participaram ainda, todos os integrantes da Câmara Técnica de Turismo e Educação Ambiental da BH-BT.

Os técnicos que participaram do projeto possuem forte ligação e conhecimento da realidade da Bacia do Baixo Tietê, contribuindo com a construção de um Plano de Educação Ambiental identificado com a realidade e a necessidade da Bacia com relação conservação e/ou recuperação dos recursos hídricos, principalmente, aqueles voltados ao abastecimento público.

Os trabalhos foram coordenados pelos consultores da empresa contratada, Méthodos Consultoria e Projetos Ltda.

Foram realizadas várias oficinas/atividades de forma a envolver os atores do Estado, dos Municípios e da sociedade civil.

Os marcos legais orientadores do trabalho, foram:

- Lei Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Nº 12.780, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental para o Estado de São Paulo;
- O Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO;
- LEI Nº 12.780, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007
- Roteiros Básicos para elaboração de Termo de Referência de Educação Ambiental FEHIDRO, maio de 2011;

- Plano de Bacia do Baixo Tietê – 2008;
- Relatório de situação da Bacia do Baixo Tietê – 2011;
- Bibliografias diversas referentes ao tema.

A divulgação do plano, além daquelas ocorridas nas diferentes oficinas, em âmbito regional ficará a cargo do Comitê de Bacias Hidrográficas do Baixo Tietê.

Plano de Educação Ambiental

O PEA-BT está em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a Política Estadual do Meio Ambiente, a Política Estadual de Educação Ambiental e o Plano da Bacia do Baixo Tietê.

Sua implementação é de responsabilidade, no que couber, do Comitê de Bacia do Baixo Tietê; dos Municípios integrantes da Bacia; da Câmara Técnica de Turismo e Educação Ambiental do CBH-BT; das organizações públicas e privadas de Educação e das organizações da sociedade civil que desenvolvem ações educativas e de defesa do meio ambiente.

Conceito

Entende-se por educação ambiental os processos permanentes de aprendizagem e formação, individual e coletiva, para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra. A Educação ambiental constitui componente essencial da educação geral, devendo estar presente no âmbito estadual e municipal de forma articulada e contínua, em todos os níveis e modalidades dos processos educativos formais e não formais.

O desenvolvimento de atividades de educação ambiental em áreas de gerenciamento de recursos hídricos deve estar pautado pelos conceitos, princípios e diretrizes definidas pela Lei nº. 12.780, de 30.11.2007, que instituiu a política estadual de educação ambiental.

A lei estadual de educação ambiental estabelece como prioridade a atuação em áreas de gerenciamento de recursos hídricos, nas quais devem ser implementadas atividades de proteção, defesa e recuperação dos corpos d'água aprovadas pelos Comitês de Bacias e suas respectivas Agências de Bacias.

(MPO FEHIDRO 2011)

Princípios

Os princípios da Educação Ambiental, orientadores das ações a serem executadas, são:

- I. Educador é todo cidadão que desempenha ações educativas, em qualquer área e utilizando metodologias adequadas ao espaço e ao público trabalhado;
- II. O enfoque humanístico, sistêmico, democrático e participativo;
- III. A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, político e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- IV. O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- V. A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- VI. A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VII. A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VIII. A abordagem articulada das questões ambientais locais de cada Município, da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê e das nacionais e globais;
- IX. O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Diretrizes gerais

A Educação Ambiental a ser praticada no território da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê, terá como diretrizes gerais:

- I. O direito de todos à Educação Ambiental;
- II. A Educação Ambiental entendida como processo permanente, formal e não formal, de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra.
- III. A Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente em âmbito regional e municipal, de forma articulada e continuada, em todos os níveis e modalidades dos processos educativos, formal e não formal;
- IV. A família e a residência como a célula primeira das ações de educação ambiental;

Objetivos

A Educação Ambiental na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê tem como objetivos:

- I. A garantia da construção de políticas municipais de Educação Ambiental com foco na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê;
- II. O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações e envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, destacando aqueles de especificidade da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê;
- III. A garantia de democratização das informações ambientais, em especial aquelas relativas ao território da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê;

- IV. O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social da região;
- V. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental, prioritariamente dos recursos hídricos da Bacia do BT, como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- VI. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia, em especial aquelas ligadas às atividades econômicas existentes no território da Bacia do BT;
- VII. A integração dos diferentes atores, públicos, privados e da sociedade civil, na construção de meio ambiente sustentável na Bacia do Baixo Tietê.

Meios

O Plano de Educação Ambiental da Bacia do Baixo Tietê utilizará os seguintes meios para alcançar os objetivos, princípios e diretrizes gerais postas. Entendendo que por Educação Ambiental cabe toda ação de caráter informativo como projetos de intervenção local, provocadores de processos reflexivos e de transformação comportamental.

- Realização de espaços permanentes de debate sobre a Educação Ambiental (Fóruns regulares, Conferências, Encontros, Seminários, Workshop) nos diferentes espaços e territórios, como escolas, igrejas, associações de classe, municípios, Consórcios Públicos, Associações de Municípios, Comitê de Bacia e outros;
- Utilização da ferramenta de construção de Agenda 21 como elemento de participação da comunidade local no debate sobre as condições ambientais do espaço definido e de nossas ações para transformá-lo;
- Na educação formal aprimorar e agregar as questões que envolvem a EA em todas as disciplinas de maneira espontânea e criativa, utilizando ferramentas e práticas pedagógicas como teatro, expressão corporal, artes plásticas, literatura e outras;
- Qualificação dos educadores ambientais de modo em que estes repassem as informações importantes sobre EA para toda a comunidade envolvida;
- Desenvolver a consciência ambiental da sociedade local integrada com os demais municípios pertencentes a esta bacia, visando a melhoria da qualidade de vida das populações regionais. Pensar o regional a partir do local;
- Trabalhar a Educação Ambiental a partir do diagnóstico regional contido no Plano de Bacia ou em outros instrumentos de planejamento construídos para a realidade Regional;
- Implementação do tema Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola, de forma transversal;
- Trabalhar na construção de escolas e demais espaços coletivos para que sejam sustentáveis;

A Política Municipal de EA com visão da Bacia do Baixo Tietê

O Plano de Educação Ambiental da Bacia do Baixo Tietê, assim com a legislação federal e estadual que tratam do assunto deverão subsidiar a criação de política municipal de educação ambiental, definida em lei municipal, com foco na Bacia do Baixo Tietê e com envolvimento de todos os atores locais, sejam públicos ou da sociedade civil.

As diretrizes, princípios e objetivos do Plano de Educação Ambiental, deverão ser referenciados pela política municipal de Educação Ambiental que deverá ainda garantir mecanismos de participação e controle social sobre a sua implementação através de programas e projetos criados no município.

Temas e áreas prioritárias para Educação Ambiental na BH-BT

Os programas, projetos e atividades de educação ambiental na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê devem ser desenvolvidos de forma a contemplar temas com visão e objetivos focados na realidade regional da Bacia.

- A preservação de nascentes como elemento fundamental na garantia de volumes maiores de água em nossos córregos e rios, divulgando programas e projetos, assim como experiências exitosas voltadas à preservação de nascentes.
- As matas ciliares como elemento primordial na proteção dos recursos hídricos da Bacia abordando desde a sua importância na vida da nascente/córrego/rio/lago e da flora e fauna da região, como a sua composição (quais as espécies nativas da região), o trabalho de recomposição, obrigações postas pela legislação e outros subtemas.
- Espaços de preservação ambiental - trabalhar desde a sua importância para o clima da região, para a preservação da fauna e flora (biodiversidade) a importância da identificação de possíveis áreas que poderiam ser convertidos em Unidades de Conservação.
- O aquecimento global destacando como algumas práticas incorretas (queima da cana, uso exagerado de combustíveis fósseis) contribuem para o seu agravamento e seus reflexos em nossa região, como o aumento de vetores transmissores de doenças (dengue e leishmaniose).
- Os resíduos sólidos em duas vertentes. A primeira de forma a compreender e participar de programas e projetos de coletas seletivas existentes nos municípios e a segunda trabalhando o conceito dos três RRR – Reduzir, Reutilizar e Reciclar voltado para mudanças comportamentais que levem à redução do consumo de produtos que geram resíduos danosos ao meio ambiente.
- Recuperação de solo de forma a evitar o carreamento do mesmo para o leito dos rios e córregos e melhor aproveitamento das águas pluviais.
- Arborização urbana como elemento importante na criação de melhores condições climáticas nas nossas cidades. Trabalhar o conceito de que a arborização é pública, de interesse coletivo e que o seu manejo deve ser feito de forma correta para não prejudicar a espécie e obter maiores resultados da mesma para o clima.

- Saneamento Básico de forma que os usuários dos serviços públicos de água e esgoto, principalmente, compreendam a sua natureza e todo o processo existente para que os serviços sejam ofertados a todos. Destacar a importância do mesmo para a garantia da qualidade de nossos recursos hídricos e da qualidade de vida de todos.
- Poluição do solo, ar e águas de forma a compreender de que forma nosso comportamento diário e as técnicas inadequadas de agentes econômicos e sociais contribuem para as mesmas. Entender seus impactos na saúde do indivíduo e da coletividade.
- Poluição sonora e visual como elementos de desconforto para a vida individual e coletiva.
- Práticas adequadas para o reuso de águas servidas.
- Práticas adequadas para o reaproveitamento das águas pluviais.
- Práticas adequadas de plantio de culturas agrícolas de forma a reduzir o consumo de agrotóxicos.
- Combate às práticas predatórias à fauna e flora da região.
- Fontes alternativas de energia (eólica, solar, termoelétrica) e sua aplicabilidade no dia a dia e na produção de bens e serviços.

Locais para atividades educativas e de campo

As atividades, projetos e programas de Educação Ambiental na Bacia deverão, sempre que possível, utilizar de espaços adequados e que possam enriquecer os mesmos. Destacam-se alguns locais que podem ser utilizados nas atividades educativas, sejam como espaços a serem visitados, sejam como laboratórios.

Espaços com forte presença de elementos naturais

- Parque Ecológico do Bagaçu no município de Araçatuba;
- Nascente do Ribeirão Lajeado, manancial que abastece a cidade de Penápolis, localizada no município de Alto Alegre (projeto de proteção)
- Reserva Icatú no município de Braúna.
- Projeto Nascentes Modelos no município de Guararapes.
- Projeto de recomposição de matas ciliares do Consórcio do Ribeirão Lajeado, no município de Penápolis.
- Centro de Proteção do Cervo do Pantanal, vinculado à CESP e localizado no município de Promissão.
- Cachoeira do Gurupá, no município de Promissão.
- Mata do Contry Club entre os municípios de Araçatuba e Birigui
- Reserva particular patrimônio natural (Aguapeí) no município de Castilho.

- Recursos hídricos da região como nascentes, mananciais, córregos, rios e lagos.
- Sistemas de Agro Floresta no município de Gabriel Monteiro.
- RPPN no município de Ubarana.

Espaços construídos pelo homem

- Espaços utilizados nos processos de reciclagem de resíduos sólidos sejam municipais ou de cooperativas ou associações de trabalhadores.
- Usinas Hidrelétricas da Bacia.
- Zoológico de Ilha Solteira e de Araçatuba.
- Praia Municipal de Pereira Barreto.
- Serviços estruturados de saneamento básico (serviços de água, esgoto e resíduos sólidos).
- Viveiros para produção de espécies nativas.
- Centro de Educação Ambiental de Penápolis.
- Viveiro de mudas em Castilho.
- Pedreira em Ubarana.
- Portos de areia em vários municípios.
- Hidrovia Tietê-Paraná.
- Cerâmicas da região.
- Vila dos pescadores no município de Ubarana.
- Flora Tietê no município de Penápolis.
- Centro de Pesquisa da UFSCAR no município de Valparaíso.
- Colégio Técnico Agrícola (Fundação Paula Souza) de Penápolis.
- Fazenda Terra Boa no município de Guararapes.
- Usina Renuka do Brasil S.A. no município de Promissão.
- Fazenda do Estado em Araçatuba.
- Fazenda Paquere no município de Araçatuba.
- Fazenda Jacarezinho no município de Valparaíso.

Publico alvo

As atividades de Educação Ambiental devem priorizar os seguintes públicos alvos, destacando os principais temas relacionados a cada um deles.

Público alvo	Área	Tema
Proprietários e produtores rurais (seja pessoa física ou jurídica) Trabalhadores rurais Comunidades rurais	Manejo e conservação de solo e dos recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação ambiental • O conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê • Práticas de manejo de solo • Práticas de culturas agrícolas (plantio direto/saf) • Recomposição de mata ciliar • Conservação de nascentes • Projetos de plantio de espécies em áreas de APP • O produtor de água
	Manejo e disposição de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação dos resíduos sólidos • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A política do RRR • Soluções locais para disposição dos resíduos • Como lidar com embalagens de agrotóxicos • Técnicas de compostagem
	Saneamento básico (água e esgoto)	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação de saneamento básico • A importância do saneamento para a saúde • Soluções locais para o saneamento (água/esgoto) • Os riscos de contaminação de poços rasos por fossas negras
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • A atividade econômica e os recursos naturais • Elaboração de Agenda 21 para comunidades/localidades determinadas • Produção de material impresso e em outras mídias • Eventos comemorativos

Público alvo	Área	Tema
Associações de classe Sindicatos Cooperativas	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação da Política de Recursos Hídricos • O Conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê • O sistema de cobrança pelo uso da água • O Conceito de produtor de água
Clubes de Serviços Instituições religiosas	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos / drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação de saneamento básico • A importância do saneamento para a saúde • Os serviços públicos de saneamento básico • O papel do usuário dos serviços de saneamento • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A Gestão integrada de resíduos sólidos • A política do RRR
	Arborização urbana	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de arborização urbana e seu caráter público • Espécies adequadas à arborização urbana • A arborização urbana e sua influencia no micro clima urbano e a permeabilidade do solo
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos naturais • Elaboração de Agenda 21 para comunidades/localidades determinadas • Produção de material impresso e em outras mídias • Eventos comemorativos
Alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê • O sistema de cobrança pelo uso da água • A importância do manejo de solo • Recomposição de mata ciliar • Conservação de nascentes

Público alvo	Área	Tema
	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos /drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • A importância do saneamento para a saúde • Os serviços públicos de saneamento básico • A origem e a produção de água potável • A origem e a destinação dos esgotos domésticos • O papel do usuário dos serviços de saneamento • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A política do RRR
	Arborização urbana	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de arborização urbana e seu caráter público • A arborização urbana e sua influencia no micro clima urbano e a permeabilidade do solo
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos naturais • Elaboração de Agenda 21 para a escola • Conceito de escola sustentável • Produção de material didático • Eventos comemorativos
Comunidade dos Professores e educadores ambientais	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • A legislação nacional e estadual • O Conceito de Bacia • O sistema de cobrança pelo uso da água • A Bacia do Baixo Tietê • A importância do manejo de solo • Recomposição de mata ciliar • Conservação de nascentes
	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos /drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • A importância do saneamento para a saúde • Os serviços públicos de saneamento básico • A origem e a produção de água potável • A origem e a destinação dos esgotos domésticos • O papel do usuário dos serviços de saneamento

Público alvo	Área	Tema
		<ul style="list-style-type: none"> • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A política do RRR
	Arborização urbana	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de arborização urbana e seu caráter público • A arborização urbana e sua influência no micro clima urbano e a permeabilidade do solo
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos naturais • Elaboração de Agenda 21 para a escola • Conceito de escola sustentável • Produção de material didático • Eventos comemorativos • Práticas pedagógicas aplicadas na Educação Ambiental
Grupos sociais urbanos específicos	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê • O sistema de cobrança pelo uso da água
	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos / drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • A importância do saneamento para a saúde • Os serviços públicos de saneamento básico • A origem e a produção de água potável • A origem e a destinação dos esgotos domésticos • O papel do usuário dos serviços de saneamento • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A política do RRR
	Arborização urbana	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de arborização urbana e seu caráter público • A arborização urbana e sua influência no micro clima urbano e a permeabilidade do solo
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos

Público alvo	Área	Tema
		<p>naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eventos comemorativos
Trabalhadores ligados aos serviços de saneamento básico e de parques e jardins	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê
	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos / drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • A importância do saneamento para a saúde • Os serviços públicos de saneamento básico • O papel do usuário dos serviços de saneamento • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A política do RRR
	Arborização urbana	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de arborização urbana e seu caráter público • A arborização urbana e sua influência no micro clima urbano e a permeabilidade do solo • As espécies adequadas • As práticas de podas recomendadas
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos naturais • Eventos comemorativos
Empreendedores imobiliários e profissionais de engenharia e arquitetura	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê • O sistema de cobrança pelo uso da água
	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos / drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • A importância do saneamento para a saúde • Os serviços públicos de saneamento básico
	Arborização urbana	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de arborização urbana e seu caráter público • A arborização urbana e sua influência no micro clima urbano e a permeabilidade do solo • As espécies adequadas • As práticas de podas recomendadas

Público alvo	Área	Tema
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos naturais • Os instrumentos de ordenamento das cidades • A função social da propriedade
Empresários de setores econômicos com base no uso de recursos naturais ou produtores de efluentes poluidores	Sistema de Recursos Hídricos do Estado de SP	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação da Política de Recursos Hídricos • O Conceito de Bacia • A Bacia do Baixo Tietê • O sistema de cobrança pelo uso da água • O Conceito de produtor de água
	Saneamento Básico (água / esgoto / resíduos / drenagem)	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação de saneamento básico • Os serviços públicos de saneamento básico • Tipos de resíduos e sua disposição correta • A Gestão integrada de resíduos sólidos • A política do RRR
	Geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito de sustentabilidade e a sociedade de consumo • A atividade econômica da região e os recursos naturais • Elaboração de Agenda 21 para empresas • Eventos comemorativos

Metodologias e práticas pedagógicas

A Educação Ambiental, independente do público alvo deverá ser orientada para a utilização de práticas pedagógicas que propiciem a melhor compreensão do tema abordado alcançando assim maior eficácia dos resultados. Entre as várias existentes são sugeridas as seguintes:

- Atividades lúdicas e de lazer (música, teatro, poesia, .+dança, esportes, pic-nics) que tenham como meta conscientizar de modo criativo e inclusivo;
- Palestra e visita monitorada a locais e instalações ligados ao tema abordado;
- Mesa redonda, seminário, workshop, concursos, gincanas;
- Construção de Agenda 21 para os espaços e comunidades específicas;

- Construção de elementos gráficos e tridimensionais participativos como mapas e maquetes;
- Atividades em grupo como mutirões de limpeza, plantio de árvores, campanhas educativas e outras;
- Pesquisas de campo;
- Encontros regionais para trocas de experiências e conhecimentos;
- Construção de hortas, jardins, equipamentos e mecanismos para reuso de água.
- Produção de artesanato utilizando insumos característicos da Bacia (argila, bagaço da cana de açúcar, sementes)

Material didático de apoio

Para apoio às atividades de educação ambiental, destacamos vários materiais que deverão ser produzidos e equipamentos com possibilidades de uso:

- Material específico da BH-BT, com informações sobre suas características – climáticas, de solo (físicas / químicas), físico-químicas água, biodiversidade, socioeconômicas (Plano de Bacia, Relatório de Situação, Atlas da Bacia);
- Material audiovisual (computadores, data show, telão, caixa de som, microfone, máquina fotográfica);
- Sítios da rede mundial de computadores (Internet) e redes sociais e blogs;
- Mapas, atlas, cartilhas, livros, vídeos;
- Materiais para realização das atividades lúdicas;
- Meios de transportes para auxílio nas atividades educativas e de campo (ônibus, bicicletas, barcos);

Metas

O Plano de Educação Ambiental define como metas:

Metas de curto prazo para o período 2014 / 2016

- Difusão do PEA da BHBT a todos os municípios e instituições de ensino, órgãos de gestão e sociedade civil organizada;
- Instituição de Políticas Municipais de Educação Ambiental, na forma de lei, com foco na realidade da Bacia do Baixo Tietê;
- Criação de instrumentos de debate e fortalecimento das práticas de EA, assim como troca de experiências;
- Incentivar a apresentação de projetos para captação de recursos do FEHIDRO junto ao Comitê do Baixo Tietê compatíveis com o PEA-BT;
- Produção de material sobre a Bacia do BT para apoio às atividades de EA;

Metas de médio prazo para o período 2017 / 2020

- Que os projetos financiados pelo CBH-BT/FEHIDRO tenham alcançado um público alvo correspondente a 25% da população residente na Bacia;
- Que as atividades de EA desenvolvidas no território da Bacia do BT, pelas diferentes instituições tenham alcançado um público alvo correspondente a 50% da população da Bacia;
- Criação e manutenção de programas de EA com abrangência para toda a Bacia, integrando as instituições municipais e da sociedade civil;

Metas de longo prazo para o período de 2020 / 2029

- Que os projetos financiados pelo CBH-BT/FEHIDRO tenham alcançado um público alvo correspondente a 50% da população residente na Bacia;
- Que as atividades de EA desenvolvidas no território da Bacia do BT, pelas diferentes instituições tenham alcançado um público alvo correspondente a 80% da população da Bacia;
- Alteração comportamental da maioria da população da Bacia quanto ao uso adequado dos recursos naturais, redução na produção dos resíduos ou reutilização dos mesmos, uso adequado dos serviços de saneamento básico;
- Ampliação do percentual de cobertura vegetal na Bacia, superando a média do Estado no ano de 2014.

Critérios de financiamento de projetos de EA, pelo CBH-BT

Os projetos a serem apresentados ao CBH-BT para captação de recursos do FEHIDRO, além de atender o Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO deverão ser analisados e pontuados pela Câmara Técnica de Turismo e Educação Ambiental, observando as características apontadas na matriz anexa ao plano. A pontuação serve exclusivamente para criar uma lista de prioridades entre os projetos a serem contemplados com os recursos disponíveis naquele ano.

Critérios de avaliação dos projetos executados

Os projetos executados com recursos do FEHIDRO deverão atender às seguintes condições, como forma de avaliação de seus resultados:

- Manter Registro fotográfico das diferentes etapas do projeto / cópias de materiais confeccionados e utilizados no projeto / lista de presença, atas, memórias, relatórios;
- Apresentar à CTTEA relatório consubstanciado sobre o resultado do projeto executado perante o diagnóstico previamente realizado, seu impacto atitudinal nas comunidades ou indivíduos envolvidos no projeto e a relação custo benefício;
- Realizar apresentação síntese do projeto, suas dificuldades e seus resultados para a Assembleia do CBH-BT;
- Disponibilizar no sítio do Comitê do BT as informações sobre o desenvolvimento do Projeto;

Integração das diferentes ações/projetos na BH-BT

As atividades de EA desenvolvidas na Bacia do BT deverão garantir a integração com outros projetos e ações desenvolvidas no território da Bacia, em especial através:

- Criação do Diálogo da Bacia com objetivo de formar e atualizar o debate sobre os problemas da Bacia em especial da EA;
- Criar espaço para fórum/debates no sítio do CBH-BT;
- Incentivar o trabalho dos CMMA;

CRITÉRIOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELO CBH-BT

Esses critérios são complementares àqueles colocados pelo MPO e pela Assembleia do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê - CBH-BT

1. Quanto ao Tomador

Item	Indicador	Descrição	Pontuação				Critérios de análise pela CTTEA
			0	1	2	3	
1.1	Agenda 21 do Tomador	Agenda 21 entendida como processo de construção de diagnóstico das condições ambientais e de proposição de ações de sustentabilidade. O tomador deverá comprovar a realização e implantação da Agenda 21 no âmbito de sua instituição.					zero - não existe Agenda 21. três (3) - existe Agenda 21
1.2	Projetos ou ações já realizados	O tomador já coordenou ou realizou outros projetos / ações de Educação Ambiental. Apresentação de relatório consubstanciado.					zero - nenhum projeto Um (1) - um projeto Dois (2) - de dois a cinco Três (3) - mais de cinco

2 . Quanto ao Município sede do projeto ou da Instituição

item	Indicador	descrição	pontuação				critérios de análise pela CTTEA
			0	1	2	3	
2.1	Organizações civis ambientais com sede na Bacia	apresentar as organizações da sociedade civil, existentes no Município, que tenham como finalidade atuação em educação ambiental ou outras ligadas à temática do meio ambiente e que participe das atividades ou estrutura do Comitê de Bacia					zero - não tem Três (3) - tem instituição
2.2	"Município Verde Azul"	apresentar a situação do Município (no último ano) quanto ao Programa "Município Verde Azul" indicando sua certificação e seu Indicador de Avaliação Ambiental - IAA.					Três (3) - nota acima de 80,0
2.3	Política Municipal de Educação Ambiental	apresentar instrumento legal que trate da Política Municipal de Educação Ambiental.					zero - não existe Lei. três (3) - existe Lei
2.4	Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA)	apresentar documentação que comprove a existência de CMMA no Município e de sua atuação (lei de criação, decreto de posse dos membros, regimento interno, atas de reuniões ordinárias, listas de presenças, deliberações, fotografias, etc.).					zero - não existe CMMA Um (1) - CMMA não empossado Dois (2) - CMMA - empossado Três (3) - CMMA atuante em EA
2.5	Projetos, Atividades ou eventos ambientais	apresentar informações documentais da realização de atividades focadas nas questões ambientais que foram realizadas no último ano, no Município, seja de iniciativa de órgão público, instituição privada ou da sociedade civil. As ações de maior valor são aquelas ligadas aos temas água / solo / recomposição florestal.					zero - nenhuma atividade Um (1) - até cinco (5) ativ. Dois (2) - de 6 a 10 ativ. Três (3) - mais de 10 ativ.

3 . Quanto ao Projeto												
item	Indicador	descrição	pontuação				critérios de análise pela CTTEA					
			0	1	2	3						
3.1	Área de abrangência	Analisar e pontuar o projeto conforme a sua área de abrangência - local, sub bacias regionais, UGRHI 19					Zero (0)- local Um (1) - sub bacia do Município Dois (2) - sub bacia do BT					
3.2	Articulação Institucional	Analisar a existencia de articulações previstas no Projeto com outras Instituições, públicas, privadas ou sociedade civil, seja no Município, na região ou na Bacia do BT.					Zero - nenhuma articulação Um (1) - Inst. local Dois (2) - Inst. Da sub bacia Três (3) -Inst. Da UGRH					
3.3	Relação com o tema da cobertura vegetal	Analisar o objetivo do Projeto quanto à tematica de reposição da cobertura vegetal da Bacia.					zero - não existe relação Um (1) - baixa relação Dois (2) - media relação Três (3) - alta relação					
3.4	Relação com o tema dos recursos hídricos	Analisar o objetivo do Projeto quanto à tematica de conservação e recuperação dos recursos hídricos.					zero - não existe relação Um (1) - baixa relação Dois (2) - media relação Três (3) - alta relação					
3.5	Relação com o tema de preservação de nascentes	Analisar o objetivo do Projeto quanto à tematica de conservação e preservação de nascentes.					zero - não existe relação Um (1) - baixa relação Dois (2) - media relação Três (3) - alta relação					
3.6	Relação com o tema de saneamento básico	Analisar o objetivo do Projeto quanto à tematica de serviços de sanemneto básico (água / esgoto / residuos sólidos / drenagem					zero - não existe relação Um (1) - baixa relação Dois (2) - media relação Três (3) - alta relação					

item	Indicador	descrição	pontuação				critérios de análise pela CTTEA
			0	1	2	3	
3.7	Localidade	Analisar a localidade de execução do projeto, priorizando a zona rural, assentamentos, zona urbana, instituição escolar e outras.					Um (1) - Escolas Dois (2) - Zona Urbana Três (3) - Zona Rural ou Assentamentos
3.8	Público Alvo	Analisar o público alvo do projeto, como comunidades rurais, população urbana, comunidade escolar, membros da instituição.					Um (1) - Comunidade escolar/instituição Dois (2) - Comunidades Urbanas Três (3) - Comunidades rurais
3.9	Mudanças atitudinais	Analisar nos objetivos do projeto a viabilidade de resultados que proporcionem mudanças atitudinais do público alvo.					zero - não existe três (3) - existe
3.10	Viabilidade	Analisar a viabilidade de execução do projeto, quanto a parte física, pedagógica, metodologia, objetivos e metas.					zero - não existe viabilidade Um (1) - baixa viabilidade / alto riscos Dois (2) - media viabilidade / medio riscos Três (3) - alta viabilidade / baixo riscos
3.11	Contrapartida financeira	Analisar a contrapartida financeira oferecida pelo tomador e sua superioridade quanto ao disposto no MPO					zero - igual ao MPO Um (1) - 10% acima Dois (2) - de 11 % a 30% acima Três (3) - mais de 31% acima